

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

**ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
MICRORREGIÃO CENTRO-LESTE (MRAE-2)**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h00, foi realizada presencialmente no Auditório da OAB/PR, em Curitiba, e virtualmente por meio da plataforma Teams, a 9ª Assembleia Geral Extraordinária da Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário Centro-Leste (MRAE-2), para deliberações acerca das seguintes pautas:

Item I: Abertura - Secretária Camila Mileke Scucato - Secretária de Estado das Cidades do Paraná.

Item II: Apresentação das Microrregiões aos novos Gestores Municipais.

Item III: Apresentação dos Presidentes do Conselho Participativo de cada Microrregião.

Item IV: Atualização do Comitê Técnico - Novas Indicações.

Item V: Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Item VI: PPP's Sanepar.

Item VII: Calendário de Reuniões Ordinárias do Colegiado Microrregional.

Item VIII: Assuntos Gerais.

A Assembleia foi presidida pela Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato, que atuou como Presidente do Colegiado Microrregional, substituindo o Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, conforme estipulado na Subseção IV do Título da Realização das Assembleias, art. 24 do Regimento Interno da Microrregião Centro-Leste. Estavam presentes também Márcia de Oliveira de Amorim, Secretária Geral da Microrregião Centro-Leste (MRAE-2); Eduardo Pimentel Slaviero, prefeito de Curitiba; Geraldo Luiz Farias, analista de desenvolvimento municipal do Paranacidade; Paula Daolio Silveira, engenheira ambiental do Paranacidade; Bruno Vasconcelos da Rosa Pin, engenheiro ambiental do Paranacidade; Thiago José Golin, analista de suporte CTI do Paranacidade; Ana

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

Carolina da Silva, membro do Comitê Técnico MRAE-2 e representante do Estado; Alípio Camargo e Tatiane Rodrigues Fernandes, representantes da Coordenadoria de Assuntos Políticos e Institucionais (COAP); Wilson Bley Lipski, diretor-presidente da Sanepar; Anderson Linckold Friedrich Coelho, gerente de comissões da Sanepar; Marcus Venicio Cavassin, gerente jurídico da Sanepar; Marcelo Luiz Curado, diretor administrativo financeiro da Agepar; Rejane Maria Schirr Scolari, diretora de regulação econômica da Agepar; Kathleen Barros e Andressa de Lima, da equipe de assistência das Microrregiões.

Compareceram presencial e remotamente prefeitos (as), vice-prefeitos (as) e/ou representantes designados de 86 (oitenta e seis) municípios da MRAE 2, conforme lista de presença anexa.

A 9ª Assembleia foi oficialmente iniciada pelo cerimonialista Dirceu, que destacou a pauta central do encontro e procedeu à apresentação das autoridades presentes na mesa de trabalho. A composição da mesa incluiu a Secretária de Estado das Cidades e Presidente em exercício dos Colegiados Microrregionais, Camila Mileke Scucato; o Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel Slaviero; a Secretária Geral das Microrregiões de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná, Márcia de Oliveira Amorim; o Presidente da Sanepar, Wilson Bley Lipski; e o Diretor Administrativo-Financeiro da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), Marcelo Luiz Curado. Após o protocolo inicial, a Secretária Camila Mileke realizou a abertura oficial da reunião.

A Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato, em seu pronunciamento, enfatizou a importância da participação ativa dos representantes municipais na implementação das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, o Novo Marco Legal do Saneamento e expressou seu agradecimento à AGEPAR e à SANEPAR pela presença e contribuição na assembleia, sublinhando a relevância dos temas a serem debatidos, especialmente para os 236 novos prefeitos empossados em janeiro, dos quais 174 assumem o cargo pela primeira vez. Concluindo sua fala, convidou a Secretária Geral das Microrregiões, Márcia de Oliveira de Amorim, para dar continuidade à pauta da assembleia.

A Secretária Geral das Microrregiões, Márcia de Oliveira de Amorim, ressaltou a expressiva participação dos municípios na assembleia, destacando a importância da cooperação entre

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

gestores municipais e instituições parceiras para o fortalecimento das políticas públicas de saneamento. Manifestou seu agradecimento aos presentes, enfatizando o papel estratégico dessas entidades na governança regional do setor.

Reconheceu, de maneira especial, a contribuição do Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, pelo suporte contínuo à estruturação do modelo de gestão das microrregiões, que atualmente se consolida como referência nacional. Ademais, reafirmou o compromisso do Estado do Paraná com a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2027 em conformidade com as diretrizes do governo estadual. Encerrando sua manifestação, abriu a palavra ao Prefeito anfitrião, Eduardo Pimentel.

O Prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, ressaltou a importância da cooperação entre os municípios paranaenses para a universalização do saneamento básico. Ao saudar os presentes, reafirmou seu compromisso com a pauta, destacando sua experiência como Secretário de Estado das Cidades e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Eduardo evidenciou a posição de liderança de Curitiba no setor, informando que a capital já atingiu aproximadamente 99% de esgoto coletado e tratado e se aproxima da universalização do abastecimento de água. Reforçou que a meta não se limita a alcançar 100% de cobertura na capital, mas também envolve o apoio aos demais municípios para que cumpram os prazos estabelecidos, visando a universalização dos serviços até 2027.

O Prefeito destacou ainda que os investimentos em saneamento básico resultam em redução de custos na saúde pública e reforçou o compromisso de Curitiba em compartilhar experiências e boas práticas com os demais municípios, promovendo o desenvolvimento integrado do estado. Ao concluir sua fala, reiterou o apoio da capital às microrregiões e desejou uma produtiva tarde de trabalho a todos.

Após a manifestação do Prefeito Eduardo Pimentel, a Secretária Márcia deu prosseguimento aos trabalhos da assembleia. Ao agradecer a presença do prefeito, destacou a relevância da pauta em discussão e procedeu à leitura do edital de convocação

Ao iniciar o segundo item da pauta, referente à apresentação das microrregiões aos novos gestores municipais, a Secretária Geral, Márcia de Oliveira de Amorim, ressaltou o papel da

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

Secretaria de Estado das Cidades na liderança e governança das microrregiões, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 237/2021. Explicou que, nos termos da legislação, a presidência das microrregiões cabe ao Governador do Estado, sendo exercida, em sua ausência, pela Secretária de Estado das Cidades, Camila Mileke Scucato.

Márcia destacou o avanço expressivo do Paraná no processo de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mencionando cidades como Curitiba e Maringá, que já atingiram as metas estabelecidas. Abordou, ainda, a relevância do mecanismo de subsídio cruzado, pelo qual municípios de maior porte contribuem para viabilizar a prestação dos serviços nas localidades menores, assegurando o cumprimento das diretrizes governamentais.

Por fim, apresentou a estrutura de governança das microrregiões, detalhando a composição e as atribuições do colegiado microrregional, do comitê técnico, constituído por representantes estaduais e municipais e do conselho participativo, que integra membros da Assembleia Legislativa e da sociedade civil.

Márcia detalhou o processo de votação no colegiado microrregional, explicando que a distribuição dos votos segue a estrutura definida pela legislação, na qual o Estado detém 40% e os municípios, 60%. Destacou a importância desse modelo de governança, enfatizando que, inicialmente, houve preocupações entre os prefeitos quanto à possível perda de autonomia. No entanto, garantiu que a estrutura foi concebida para preservar a autonomia municipal, especialmente sob a liderança do governador, que atua como defensor dos interesses dos municípios.

A secretária esclareceu que cada município possui, no mínimo, um voto, enquanto aqueles de maior porte recebem uma quantidade proporcional, assegurando a participação equitativa no processo decisório. Além disso, apresentou as principais atribuições do colegiado microrregional, reforçando seu papel estratégico na definição e implementação das políticas de saneamento dentro das microrregiões.

A Secretária Geral fez uma breve retrospectiva das assembleias realizadas ao longo dos anos, iniciando pela instalação do Colegiado Microrregional em 2021. Ela destacou a importância

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2 Secretaria Geral

das ações tomadas, como a apresentação da minuta de um termo aditivo pela Sanepar, que incorporou as metas de acordo com o novo Marco Legal, o que fez com que o Paraná fosse o primeiro estado a cumprir todos os prazos estabelecidos. Em março de 2022, durante a quarta assembleia, foram incluídas as metas do artigo 11-B da lei federal aos contratos de saneamento existentes com a Sanepar. Em 2023, várias assembleias importantes aconteceram, com destaque para a quinta assembleia, onde se apresentou o regimento interno para a eleição do secretário geral. Na sexta assembleia, em outubro, foi discutido o projeto de resolução disciplinar para adequação contratual e uniformização da tarifa. Na sétima assembleia, foi aprimorado o plano regional de saneamento, e os prefeitos aprovaram a prestação direta de serviços pela Sanepar. A oitava assembleia, em maio de 2024, finalizou com a apresentação do calendário das reuniões ordinárias e a posse do conselho participativo.

Em seguida, explicou que os Planos Regionais de Saneamento Básico, no que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, substituem os planos municipais para os municípios que ainda não possuem planejamento próprio. Dessa forma, as administrações municipais podem adotar o plano regional sem custos adicionais. Para os municípios que já possuem um plano municipal, ele pode ser mantido, desde que esteja em conformidade com o plano regional.

A secretária destacou que o plano regional foi devidamente aprovado em assembleias e submetido a consultas e audiências públicas, assegurando sua legitimidade e validade para os municípios. Ressaltou, ainda, que a adoção do plano regional representa uma economia significativa, pois evita a necessidade de investimentos adicionais em consultorias ou elaborações individuais. Além disso, Márcia mencionou a realização de um fórum dedicado à apresentação do plano regional de saneamento, em fevereiro de 2023, que contou com a participação de deputados, secretários e prefeitos. Por fim, informou que todos os documentos estão disponíveis no site da Secretaria de Estado das Cidades (SECID), incluindo o Plano Regional de Saneamento Básico.

Seguindo para o terceiro item da pauta, a Secretária de Estado, Camila Mileke Scucato, realizou a apresentação dos presidentes do Conselho Participativo de cada microrregião. Explicou que os presidentes foram eleitos conforme o regimento na reunião ordinária de 5 de

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2 Secretaria Geral

fevereiro de 2025. A secretária destacou a relevância dos Conselhos Participativos para a governança do saneamento, ressaltando seu papel fundamental em garantir a representatividade e a participação ativa dos municípios nas decisões que impactam a gestão dos serviços de água e esgoto.

Ela enfatizou que, compostos por representantes da sociedade civil, os Conselhos Participativos promovem um ambiente de debate democrático e transparente, essencial para a boa gestão pública. Camila também mencionou que os presidentes dos Conselhos têm a responsabilidade de coordenar os trabalhos, fortalecendo o diálogo entre os membros e assegurando que as decisões sejam tomadas de forma alinhada ao interesse coletivo.

Ao concluir sua fala, Camila convidou o presidente do Conselho Participativo da MRAE-1, Antônio Carlos Gerardi, para fazer eventuais apresentações ou considerações.

Antônio Carlos Gerardi, presidente do Conselho Participativo da Microrregião Centro-Litoral, iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, tanto de forma presencial quanto online. Ele destacou o grande desafio de representar a sociedade nessa nova sistemática de gestão do saneamento básico, ressaltando as disparidades existentes entre Curitiba, que já alcançou quase 100% de cobertura de esgotamento sanitário, e os municípios da região metropolitana, que ainda enfrentam desafios significativos em relação à cobertura e tratamento de esgoto.

Gerardi enfatizou o papel essencial do Conselho Participativo, que busca trabalhar de forma colaborativa com as operadoras e os municípios para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pela legislação, promovendo a participação ativa da sociedade nas discussões. O objetivo, segundo ele, é garantir a oferta de serviços de saneamento de melhor qualidade, com tarifas mais acessíveis e moderadas, assegurando a qualidade da água, a ausência de desabastecimento, a coleta e o tratamento adequados, além da preservação dos rios e da água de boa qualidade.

O presidente do Conselho da MRAE-1 também apontou que o principal desafio da região metropolitana de Curitiba está em atender às áreas de ocupação irregular e cumprir a meta de 90% de cobertura de saneamento até 2033 para os municípios menores, incluindo o

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

saneamento rural em algumas localidades. Concluiu sua intervenção agradecendo a todos e reforçando os objetivos do Conselho Participativo da microrregião Centro-Litoral.

Foi concedida a palavra aos presidentes dos Conselhos Participativos das Microrregiões Centro-Leste e Oeste, Dário Vender Fachin Brito e Gilmar Aparecido Cardoso, respectivamente. No entanto, ambos não estavam presentes, o que levou à continuidade da pauta.

Dando continuidade ao quarto item da pauta, foi discutida a atualização do comitê técnico. A Secretária Camila explicou que, conforme a Lei Complementar 237, de 2021, e o regimento interno, os mandatos dos membros municipais do comitê técnico estavam vinculados aos mandatos dos prefeitos, o que tornou necessária a atualização desses membros. O processo está sendo conduzido de forma totalmente transparente e em conformidade com as diretrizes legais estabelecidas.

A Secretária Márcia apresentou o cronograma de atualização, destacando que o prazo para a indicação dos membros do comitê técnico começará em 25 de fevereiro e se estenderá até 25 de março de 2025. A lista dos representantes indicados pelos prefeitos será publicada no dia 28 de abril, com prazo para impugnações até 30 de abril. A lista definitiva será divulgada em 5 de maio, e as votações pelo colegiado microrregional ocorrerão entre 7 e 14 de maio de 2025. Ressaltou que todas as informações foram enviadas por e-mail, e que a secretaria está à disposição para fornecer apoio aos prefeitos e suas equipes durante o processo.

O item 4 foi submetido à aprovação do colegiado microrregional, com a oportunidade de manifestação dos prefeitos e representantes legais presentes, tanto de forma presencial quanto online. Caso houvesse algum impedimento, os prefeitos foram orientados a se manifestar por meio do chat. Após a conferência das manifestações, o item 4 foi aprovado, juntamente com o edital de procedimentos relacionado ao cronograma do comitê técnico.

Para tratar do item 5, referente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, a fim de aprofundar a discussão sobre o tema, a Secretária Camila convidou os representantes da Agepar para realizar uma apresentação detalhada sobre os aspectos normativos, a importância da regularização e as orientações necessárias para a gestão adequada dos fundos municipais.

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

Na apresentação, o Diretor Administrativo Financeiro da Agepar, Marcelo Luiz Curado, agradeceu o convite e explicou que a palestra seria abrangente, com espaço para perguntas. Ele destacou a importância da universalização do abastecimento de água e do tratamento de esgoto, com metas a serem alcançadas até 2033. O diretor mencionou que, devido às limitações orçamentárias, os recursos destinados ao saneamento seriam uma oportunidade relevante para os municípios.

A atuação da Agepar foi detalhada, destacando sua função de regulação dos serviços públicos, incluindo o saneamento. Os recursos provenientes da operação da Sanepar podem ser repassados aos municípios, com um limite de até 2% da receita gerada, para ações exclusivas de saneamento. A Agepar esclareceu a legislação sobre o acesso ao fundo, destacando a necessidade de manifestação de interesse dos municípios e cumprimento de requisitos estabelecidos, com prazo final para regularização até 12 de maio de 2025.

O diretor também informou que, em 2023, o repasse total foi de R\$ 143.000.000,00, um aumento significativo em relação a 2021, resultado da regularização pelos municípios. Demonstrando que a adesão ao fundo tem se mostrado positiva, com vários municípios obtendo a habilitação de forma eficaz.

A Diretora de Regulação Econômica, Rejane Maria Schirr Scolari, abordou os requisitos para a adesão ao fundo municipal de saneamento básico e ambiental, explicando que os municípios devem ter o fundo instituído por lei, um plano municipal de saneamento básico atualizado e um contrato de prestação ou concessão vigente, com obrigação de repasse ao fundo. Ela destacou a possibilidade de municípios menores utilizarem o plano de saneamento da microrregião para simplificar o processo. Também enfatizou a necessidade de um órgão gestor para definir diretrizes e fiscalizar o fundo.

Em seguida, listou os documentos necessários para habilitação, incluindo um ofício formal à Agepar, o reconhecimento tarifário, a publicação dos atos normativos e a declaração da conta bancária exclusiva do fundo. Ela também destacou a importância de documentos adicionais, como o contrato de concessão e informações sobre o percentual de repasse da Sanepar ao fundo.

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

Marcelo Curado explicou que o prazo para análise do processo de habilitação é de 90 dias, com a publicidade dos dados dos municípios que aderiram ao fundo prevista para maio deste ano. Ressaltou que o repasse pode variar entre 0% e 2% da receita de saneamento, dependendo do contrato com a concessionária. Marcelo alertou que a não adesão ao fundo implica a perda de uma importante oportunidade de financiamento, crucial para a universalização do saneamento básico. Ele enfatizou que a falta de adesão pode prejudicar os municípios, considerando a rotatividade de prefeitos e os riscos de apontamentos pelo Tribunal de Contas. Por fim, pediu que os municípios verificassem a documentação e completassem o processo de adesão com o apoio da equipe das Microrregiões e da Agepar.

A Secretária de Estado, Camila, ressaltou que tem distribuído a cartilha aos prefeitos que visitam a secretaria, como parte do suporte oferecido para a regularização dos municípios em relação ao fundo de saneamento. Ela enfatizou a importância de cada recurso disponível e destacou que os municípios já possuem um compromisso prévio a ser cumprido quanto ao fundo. Além disso, anunciou a continuidade da pauta, informando que o próximo tema a ser abordado seria as parcerias público-privadas (PPPs) da Sanepar, convidando, assim, os representantes da Sanepar para apresentar um panorama geral sobre o assunto.

O Gerente jurídico da Sanepar, Marcus Venicio Cavassin, iniciou sua fala cumprimentando os presentes, com destaque para a equipe técnica, e ressaltou o apoio da Sanepar ao processo das microrregiões. Ele explicou que, desde a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, a companhia tem enfrentado desafios, como a extensão dos prazos contratuais e a inclusão das metas de universalização até 2033. Para cumprir essas exigências, a Sanepar tem adotado parcerias público-privadas (PPPs), promovendo reuniões com os municípios para viabilizar essa participação. Cavassin mencionou a integração de 31 municípios da microrregião Centro-Litoral na primeira PPP e detalhou os lotes de licitações nas microrregiões Centro-Leste e Oeste. Ele finalizou destacando a importância do setor privado no apoio à universalização do saneamento.

O Gerente de comissões da Sanepar, Anderson Linckold Friedrich Coelho, informou que haverá reuniões com prefeitos, previstas para março deste ano. Reforçou que o objetivo das PPPs é garantir a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, destacando o

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

volume de investimentos e o cronograma de obras. Anderson esclareceu que, apesar das mudanças na gestão, a relação comercial entre a Sanepar, as microrregiões e os municípios permanecerão inalterada, sendo que o concessionário será responsável pela implantação e operação do sistema de esgotamento sanitário. Ele concluiu reafirmando a continuidade da parceria.

Ao abordar o sétimo item da pauta, referente ao calendário ordinário de reuniões, a Secretária Geral, Márcia Amorim, explicou que sua elaboração seguiu as diretrizes do regimento interno das microrregiões e as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas. O calendário foi previamente apresentado ao comitê técnico e ao conselho participativo e, naquele momento, estava sendo submetido à apreciação dos prefeitos para aprovação.

Márcia destacou que a minuta do calendário já havia sido disponibilizada anteriormente por e-mail e informou que, caso fosse aprovada, a resolução correspondente seria publicada nos meios oficiais do Estado. Ela detalhou as datas previstas, incluindo a reunião ordinária do comitê técnico em junho, a reunião do conselho participativo e a décima assembleia geral do colegiado microrregional. Também mencionou as reuniões programadas para o final do ano, como a reunião do comitê técnico e do conselho participativo em novembro e a última assembleia do ano, em dezembro.

Por fim, reforçou que essas assembleias são uma exigência do Tribunal de Contas, tornando a participação dos prefeitos essencial para o cumprimento das obrigações institucionais.

A Secretária de Estado abriu espaço para manifestações e para a votação, no entanto, não houve objeções. Ao final, confirmou a aprovação do item referente ao calendário ordinário.

Ao abordar o último item da pauta, referente a assuntos gerais, a Secretária Camila destacou um tema de grande importância. Ela mencionou a expressiva presença de prefeitos e representantes e ressaltou a necessidade de realização das conferências municipais. Explicou que todos os municípios devem promover essas conferências para garantir sua regularização, alertando que a ausência de um conselho ativo pode limitar o acesso a recursos estaduais. Em seguida, apresentou Orlando Bonette, secretário executivo do Conselho Estadual das Cidades, que estava disponível para auxiliar os municípios na implantação dos conselhos municipais e

Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste – MRAE-2
Secretaria Geral

na organização das conferências. Camila reforçou a relevância da regularização para evitar a perda de recursos.

Márcia iniciou o encerramento agradecendo à secretária Camila pela excelente condução da Secretaria de Estado das Cidades e expressou sua gratidão a todos os presentes e aos envolvidos na organização da Assembleia. Além disso, colocou a Secretaria das Microrregiões à disposição para auxiliar os prefeitos que ainda enfrentam dificuldades com documentação.

Em seguida, Camila agradeceu a participação de todos, tanto os que estavam presentes fisicamente quanto os que acompanharam virtualmente. Destacou o excelente quórum da assembleia e convidou os presentes para o coffee break, incentivando a interação e o esclarecimento de dúvidas. Por fim, desejou a todos um bom início de semana.

Não havendo mais nada a ser tratado, a Secretária-Geral declarou encerrada a reunião.

Eu, Márcia de Oliveira de Amorim, como Secretária-Geral de Água e Esgotamento Sanitário do Centro-Leste (MRAE-2), atesto e assino esta ata.

Márcia de Oliveira de Amorim

Secretária Geral das Microrregiões de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.